

**PARECER nº 012/2021 – CLJRF/CMC**

*Da Comissão de Legislação Justiça e Redação Final, sobre o Projeto de Lei nº 012/2021, que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover a desapropriação amigável ou judicial, conforme o caso, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365/41, de faixa de terras que especifica e dá outras providências".*

Relatora: Vereadora Aline Daiane Rosa de Souza

**I. Relatório:**

Trata-se de análise para emissão de parecer desta Comissão Legislativa Permanente acerca do projeto de Lei nº 012/2021, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal que autoriza o Município de Codajás a promover desapropriação de lote de terra, por via amigável ou judicial, com o pagamento indenizatório ao senhor DEMÉTRIO JOSÉ SALES, inscrito no CPF sob o n. 031.008.982-49, portador da Carteira de Identidade de n. 0219550-0, correspondente à citada desapropriação amigável de área de terras, declarada de utilidade pública e interesse social por meio do Decreto, no valor de **R\$ 993.250,00 (novecentos e noventa e três mil e duzentos e cinquenta reais)**.

A desapropriação cuja indenização se autoriza pagar, através da presente lei, destina-se à construção de um complexo de obras, onde será construído um Porto para embarque e desembarque de cargas, com área de 31.272,15m<sup>2</sup>; Escola Municipal com área de 11.953,075m<sup>2</sup>; Unidade Básica de Saúde com área de 11.953,075m<sup>2</sup>; Posto da Guarda Municipal com área de 2.500,00m<sup>2</sup>; Complexo Esportivo com área de 19.218,10m<sup>2</sup> e área para construção de casas populares com área de 22.428,60m<sup>2</sup>.

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

**2. ANÁLISE JURÍDICA**

**2.1. Da competência e iniciativa**

Primeiramente cumpre salientar que a Constituição Federal estabelece no artigo 30, inciso I, c/c o Art. 7º inciso I da Lei Orgânica de Codajás que é competência privativa do Município **legislar sobre assunto de interesse local**.

Num segundo momento, vale dizer que o artigo 69, inciso XI da Lei Orgânica Municipal, institui a competência privativa do alcaide em **decretar, nos termos legais, desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou interesse social**. Além do mais, a Constituição Federal, em seu art. 5º, inc. XXIV, permite a **desapropriação do imóvel por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição**.

Aqui é o caso da indenização.

A desapropriação é o procedimento de direito público pelo qual o Poder Público transfere para si a propriedade de terceiro, por razões de utilidade pública, necessidade pública ou interesse social, normalmente mediante o pagamento de justa indenização prévia.

A desapropriação compreende duas fases distintas: 1ª – **fase declaratória**, onde o poder público declara, por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo expropriante, a utilidade pública ou interesse social no bem para fins de desapropriação; 2ª – a **fase executória**, onde é promovida, de fato e de direito, a desapropriação, com pagamento da indenização correspondente. Esta fase pode ocorrer de duas formas: **judicial** ou **administrativamente**.

Portanto, o Decreto de declaração, seja de utilidade pública ou interesse social, é mera condição para que a desapropriação efetivamente ocorra. Trata-se de manifestação de vontade estatal. Além disso, a desapropriação é ato discricionário, uma vez estando todos os requisitos legais e constitucionais.

Em uma ação expropriante, a declaração da vontade estatal deve indicar precisamente, o sujeito ativo da desapropriação, a descrição pormenorizada do bem (caracterização individualizada), a declaração de utilidade pública ou interesse social, a destinação específica a ser dada ao bem, o fundamento legal e os recursos orçamentários destinados ao atendimento da despesa – o que ficou bastante claro nos dispositivos do projeto em análise.

### 3. SUGESTÃO JURÍDICA

Sugerimos a elaboração de **EMENDA MODIFICATIVA**, tendo em vista a utilização do vernáculo "compra" não ser apropriado, que assim transcrevo:

Com cordiais cumprimentos e em vista do vernáculo objeto de emenda não ser um termo apropriado no procedimento a que se submete a presente propositura, encaminhar para fins de correção de técnica redacional, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a promover a desapropriação amigável ou judicial, conforme o caso, de um imóvel no valor de **R\$ 993.250,00 (novecentos e noventa e três mil e duzentos e cinquenta reais)**, situado à margem esquerda do Rio Solimões, com as seguintes características: medindo **145m (cento e quarenta e cinco metros)** de frente, com igual dimensão nos fundos, com **685m (seiscentos e oitenta e cinco metros)** de cada lado, perfazendo uma área total de **99.325m² (noventa e nove mil, trezentos e vinte e cinco metros quadrados)**, limitando-se pela **frente** com o Rio Solimões, **lado direito** com o Bairro Bela Vista, **lado esquerdo** com o bairro da Colônia Major Thury, senhor José de Oliveira e senhor Clemyson Marques Antunes e **fundos** com terreno do imóvel denominado Aningal I.*

Os demais artigos permanecem inalterados.

Logo, verifica-se que o mesmo versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I da Constituição da República e no artigo 7º, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

É o parecer, que ora submeto, à apreciação da digna Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final desta Casa.

### 3. Parecer da Relatora:

Assim sendo, em obediência às normas legais, esta Relatoria opina pela **legalidade e constitucionalidade** do presente Projeto de Lei, por não vislumbrar nenhum vício de ordem legal ou constitucional que impeça seu normal trâmite, com a ressalva, **de elaboração de emenda modificativa sugerida**.




Este é o parecer, salvo melhor juízo, posiciono-me **FAVORÁVEL** à prosperidade do presente Projeto de Lei, conclamando meus nobres pares a idêntico posicionamento.

**IV      PARECER DA CLJRF**

- Acompanhamos o voto da Senhora Relatora e manifestamo-nos também **FAVORÁVEIS** pela aprovação do **Projeto de lei nº 012/2021** de autoria do Executivo Municipal.

**SALA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CODAJÁS, ESTADO DO AMAZONAS, em 22 de Julho de 2021.**



**VALCIFRAN DE ASSIS GONÇALVES**  
Presidente



**ALINE DAIANE ROSA DE SOUZA**  
Relator-designado



**EVANDRO DELMIRO FEITOSA**  
Membro